

ESPAÇO E TEMPO NA "TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO"

Arnaldo Mont'Alvão
Universidade Federal de Minas Gerais
Luiz Flávio Neubert
Universidade Federal de Juiz de Fora
Márcio Ferreira de Souza
Universidade Federal de Uberlândia

Introdução

Temos como objetivo, no presente texto, discutir a importância das dimensões do tempo e do espaço na elaboração da teoria da estruturação de Anthony Giddens (1989). Giddens é um autor emblemático no que se refere à valorização do diálogo interdisciplinar no campo científico. Tendo sido influenciado por diferentes correntes sociológicas, filosóficas, e mesmo pela geografia humana, construiu uma das mais complexas e comentadas teorias sobre a vida social no mundo contemporâneo, enfatizando a integração entre agência e estrutura, ou indivíduo e sociedade, como tema central. A análise das dimensões do tempo e o espaço, enquanto dimensões onde o agente se situa no processo de interação com os outros, e cujo resultado são as estruturas sociais que emergem dessa interação, mostra-se relevante para ajudar interpretar o poderio analítico da teoria da estruturação.

A influência das correntes sociológicas e filosóficas na teoria da estruturação é reconhecida pelo próprio Giddens e tem recebido maior atenção dos comentaristas de sua obra. Nosso objetivo é discutir a influência da geografia humana, principalmente da obra de Torsten Hägerstrand (1978a, 1978b), na construção do aparato teórico giddensiano, assim como destacar as principais críticas a esta apropriação.

Nosso percurso analítico apresentará, em linhas gerais, a teoria da estruturação conforme elaboração de Giddens, em sua obra *A Constituição da*

Sociedade (1989), onde enfatizaremos os elementos essenciais presentes nesta teoria. Em seguida recorreremos à discussão deste autor sobre a modernidade, o tempo e espaço, presente também em *Conseqüências da Modernidade* (1991). Ao discutirmos as noções de tempo e espaço em Giddens apontaremos como este autor se apropria da noção de tempo-geografia de Hägerstrand. Por fim apresentaremos as críticas de dois autores – John Urry (1991) e Edward Soja (1993) – à noção de espaço-tempo de Giddens, a partir das quais faremos considerações gerais sobre a importância do trabalho de Giddens para a análise da vida social.

PRINCIPAIS ELEMENTOS DA TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO DE GIDDENS

A teoria da estruturação de Giddens pode ser definida, de maneira sintetizada, como um esforço em integrar a ação à estrutura. Giddens, inicialmente, identifica as divisões que apartam as grandes correntes teóricas no campo das ciências sociais, tais como o funcionalismo (incluindo a teoria dos sistemas) e o estruturalismo, de um lado, e a hermenêutica e outras formas de “sociologia interpretativa”, de outro lado.

Ainda que por caminhos diferentes, tanto o estruturalismo quanto o funcionalismo enfatizam a preponderância do todo social sobre suas partes individuais (os atores, sujeitos humanos). O pensamento hermenêutico, por sua vez, realça ainda mais o abismo entre sujeito e objeto social. Wilhelm Dilthey, um dos grandes partidários da hermenêutica, enfatiza a subjetividade como o “centro previamente constituído da experiência de cultura e história” (*apud* Giddens, 1989, p. 1). Nas sociologias interpretativas é conferida primazia à ação e ao significado na explicação da conduta humana.

Ao identificar o “imperialismo do sujeito” nas correntes das sociologias interpretativas e o “imperialismo do objeto social” nas formulações estruturalistas e funcionalistas, Giddens apresenta como uma das principais ambições na sua formulação da teoria da estruturação “colocar um fim a cada um desses esforços de estabelecimentos de impérios” (Giddens, 1989, p. 2), propondo assim que:

O domínio básico de estudos das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo. As atividades sociais humanas, à semelhança de alguns itens auto-reprodutores na natureza, são recursivas. Quer dizer, elas não são criadas por atores sociais, mas continuamente recriadas por eles através dos

próprios meios pelos quais eles se expressam como atores (Giddens, 1989, p. 2).

Dentre os principais elementos da teoria da estruturação, destacam-se os agentes, controladores de seus próprios pensamentos e atividades, bem como seus contextos físicos e sociais. Devido à capacidade que têm de racionalização, os atores, para Giddens, estabelecem o desenvolvimento de rotinas que tornam capazes de conduzir, com eficácia, a vida social. Os atores são também movidos por motivações para atuar, motivações estas que implicam desejos que impulsionam a ação.

A distinção que Giddens estabelece entre consciência discursiva e consciência prática é de grande importância para a compreensão da Teoria da Estruturação. A *consciência discursiva* está relacionada à capacidade de expressar com palavras as coisas. A *consciência prática* se refere apenas ao que fazem os atores e não se limita à sua capacidade de expressar o que fazem com palavras. Este segundo tipo de consciência é o mais importante na teoria da estruturação visto que reflete um interesse fundamental pelo que se faz mais pelo que se diz. Giddens afirma que a consciência prática "relaciona a sabedoria cotidiana das pessoas com a natureza estrutural dos sistemas sociais" e atenta para que "boa parte da vida social consiste em "tocar para a frente" no contexto das convenções" (Giddens, 1991, p. 72).

Ao acentuar a importância do agente sobre a ação, Giddens lhe atribui grande capacidade de promover mudanças no mundo social. Em sua perspectiva, um ator deixa de ser um agente se perde a capacidade de introduzir mudanças. Com isso, Giddens não ignora o fato de que existem forças opressoras sobre os atores, mas isto não significa que os atores não tenham possibilidade de transformar as situações.

As noções de estrutura, sistema e dualidade de estrutura compõem o foco conceitual básico da teoria da estruturação. A estrutura é definida como "regras e recursos, ou conjuntos de relações de transformação, organizados como propriedades de sistemas sociais" (1989, p. 20). A estrutura se faz possível devido à existência de normas e recursos, não sendo possível existir *per se* no tempo nem no espaço. Giddens sustenta que "a estrutura somente existe em e mediante as atividades dos agentes humanos". Assim, ao contrário de Durkheim, que apresenta as estruturas como externas e coercitivas, Giddens as apresenta como o que modela e dá forma à vida social, mas não é *per se* essa forma. É importante reconhecer, como faz Pires (2007), que o conceito de "estrutura", segundo a definição giddesiana, não corresponde a uma realidade subjetiva derivada da estrutura externa, mas, sim, a uma dimensão das práticas reais. O conjunto de regras e recursos, os quais compõem a estrutura, possui efetividade somente na

medida em que são introduzidos na consciência prática do agente. Ao acionar rotineiramente a ordem virtual da estrutura, os agentes conectam suas práticas de forma imediata à interação, mas, também, de forma abrangente no nível macro (Pires, 2007). O que integra o indivíduo à sociedade, dessa forma, automaticamente explica o que integra a própria sociedade (Archer, 2010).

O sistema social é definido como um conjunto de práticas sociais reproduzidas ou “relações reproduzidas entre os atores ou coletividades organizadas como práticas sociais regulares” (1989, p. 20). Dessa maneira, a ideia de sistema social de Giddens se deriva de sua preocupação central pela prática. Os sistemas sociais não têm estruturas, senão que exibem propriedades estruturais. As estruturas não existem *per se* no tempo e no espaço, mas se manifestam dentro dos sistemas sociais na forma de práticas reproduzidas.

O conceito de estruturação, por sua vez, implica em “condições governando a continuidade ou transmutação de estruturas e, portanto, a reprodução de sistemas sociais” (Giddens, 1989, p. 20). Ao estabelecer o conceito de estruturação, Giddens apresenta como premissa a ideia de que a constituição dos agentes e a das estruturas não são dois conjuntos independentes de fenômenos, não significam um dualismo, representando, outrossim, uma dualidade, isto é, as propriedades estruturais dos sistemas sociais são tanto um meio como um produto das práticas que organizam recorrentemente. Em outros termos, “o momento da produção da ação é também o da reprodução nos contextos da realização cotidiana da vida social” (Giddens, 1989, p. 20), e esta dualidade de estruturas implica no exercício da autonomia do agente de dirigir a ação que é própria do indivíduo e ocorre em contextos definidos. A estruturação implica a relação dialética entre a estrutura e a ação. Estrutura e ação constituem uma dualidade, não podendo existir uma sem a outra.

Em síntese, pode-se dizer que, para Giddens, a sociedade corresponde a um contínuo fluxo de condutas que tendem a reproduzir ou produzir um mundo social potencialmente plástico. A teoria da estruturação, portanto, deve ser reconhecida como uma teoria que analisa “processos” e não “produtos”, pois não denota fixidez, durabilidade ou alguma fase do desenvolvimento histórico (Archer, 2010).

Tempo e Espaço na Teoria da Estruturação

O tempo e o espaço constituem variáveis cruciais na teoria da estruturação de Giddens. Ambas dependem de se as outras pessoas estão presentes temporal ou espacialmente. A condição primordial é a interação face a face, onde os outros

estão presentes no mesmo tempo e espaço. Uns sistemas sociais se estendem no tempo e no espaço, mas outros deixam de estar presentes.

Neste sentido, no que se diz respeito à análise conjunta das dimensões do tempo e do espaço, e como estas tiveram suas características modificadas ao longo da história, o principal marco histórico-temporal utilizado como referência para entendermos tais mudanças corresponde às inovações surgidas a partir da Revolução Industrial no século XVIII e da formação social resultante deste processo, a chamada sociedade moderna ou industrial.

Antes da Revolução Industrial e das mudanças decorrentes a partir dela, o cálculo do tempo por parte das “sociedades pré-modernas” era impreciso e variável, sendo comumente identificado através de eventos e ocorrências naturais. O deslocamento ao longo de grandes distâncias correspondia a longos períodos de tempo, dada a precariedade dos meios de locomoção. Por esses motivos as sociedades pré-modernas eram marcadas por relações sociais e encontros realizados face-a-face, sendo que os rituais e práticas sociais dependiam da performance localizada, tanto no espaço como no tempo. A fixidez das identidades sociais e a manutenção da tradição só eram garantidas através da realização dessas práticas localizadas. Consequentemente, as dimensões do tempo e do espaço eram intrinsecamente ligadas uma à outra, ou seja, o “quando” sempre dependia do “onde” e tal característica garantia um grau de mudança e de dinamismo relativamente baixo ou quase nulo.

Um dos principais fatores da mudança das sociedades pré-modernas ou tradicionais para sociedades pós-tradicionais foi o advento do relógio mecânico, que permitiu a uniformidade na mensuração do tempo, independentemente do lugar em que se media o tempo. A distribuição dessa tecnologia a vastas regiões do globo permitiu um incrível senso de organização social que não mais respeitava as fronteiras impostas pelas distâncias. Juntamente com o advento do calendário, o uso em massa do relógio teve como resultado a criação de uma dimensão de tempo “vazio”, preciso e padronizado, que permitia a constituição de “zonas” de tempo bem demarcadas, imprescindível para a formação social que surgiria após o século XVIII.

Assim como a dimensão do tempo sofreu um processo de “esvaziamento”, a dimensão do espaço também sofreu algo equivalente. O espaço nas sociedades pré-modernas se confundia com a localidade das práticas sociais. Mas, como resultado das viagens exploratórias que marcaram os séculos XIV e XV em diante, do progressivo processo de mapeamento de regiões remotas do globo e da construção de medidas padronizadas de distâncias a dimensão do espaço passou a depender cada vez menos da referência à localidade.

Ambos os processos de “esvaziamento” do tempo e do espaço, vale

ressaltar, não foram resultados de uma causalidade linear de fatos ocorridos. Contudo, o que nos importa aqui é a dinâmica criada por esses dois processos, quando relacionados. O que Giddens chamou de *desencaixe do tempo-espaço* (1989, 1991) nada mais é do que a soma das mudanças acima citadas. O fato do tempo não mais depender de ocorrências externas ou naturais e do espaço não estar mais vinculado a lugar algum transformou radicalmente a natureza das relações sociais e do próprio senso de organização social.

Particularmente, a modernidade disporia de mecanismos de desencaixe que permitiriam que ações realizadas em um ponto específico do tempo e do espaço tivessem conseqüências não antecipadas em pontos indefinidos do tempo e do espaço. A “localidade” ou o “lugar”, desde então, sofreria influências de outros lugares sem um vínculo necessário com o tempo. A evolução dos meios de comunicação, como o telégrafo, o telefone, a televisão, o rádio, etc., foi o carro-chefe para essas mudanças na relação entre o tempo e o espaço, assim como a supressão das distâncias através da evolução dos meios de transportes cada vez mais rápidos, como fora identificado por Donald G. Janelle¹ (*apud* Giddens, 1991, p. 133) como a “convergência de tempo e espaço”.

Além dos mecanismos de desencaixe citados acima, outros mais específicos contribuíram consideravelmente para o dinamismo e para o senso de organização que marcaram o sistema capitalista moderno, quais sejam: (a) as *fichas simbólicas*, que seriam meios de troca e de circulação que independem das características de quem as usa, assim como do lugar nos quais circulam, como, por exemplo, o dinheiro; e (b) os *sistemas peritos*, que se referem aos “sistemas de excelência técnica” ou “competência profissional” que agrupam e organizam o saber teórico e prático em grandes áreas de conhecimento, resultado do processo contínuo de divisão e especialização do próprio conhecimento, gerando expectativas através do tempo e do espaço desencaixado, dada a natureza impessoal dos próprios sistemas (Giddens, 1991, pp. 30-37).

As relações sociais, desde então, não mais dependem do “lugar” em que são realizadas, pois são deslocadas dos limites impostos pelas interações face-a-face e são reestruturadas através de pontos indefinidos no tempo e no espaço. Tal processo fornece um dinamismo único, marcante nas sociedades modernas e que teve influências drásticas na natureza do processo histórico.

¹ Giddens se refere, além de outros artigos de Janelle, principalmente a “Spatial reorganisation: a model and concept”, *Annals of the Association of American Geographers*, vol.58, 1969.

O “Tempo-Geografia” na Teoria da Estruturação

Na teoria da estruturação, a relação da ideia de agência humana com as dimensões do tempo e do espaço tem como pressuposto principal, conforme vimos até aqui, o caráter rotinizado da vida cotidiana. Tal suporte teórico-conceitual tem como base os trabalhos desenvolvidos no âmbito da geografia humana, tais como aqueles feitos por Torstein Hägerstrand (1978a, 1978b) e Tommy Carlstein (1978). O conceito “tempo-geografia”, tal como formulado pelos autores supracitados, tem como objetivo fundamentar a geografia humana como o estudo das condições de sobrevivência em determinadas regiões, ou melhor, da relação entre os corpos e o ambiente que os cerca.

Giddens busca na obra de Hägerstrand uma perspectiva analítica que o ajude a aprofundar o entendimento dos pontos que diferenciam sujeitos humanos de objetos materiais, a saber: 1) consciência da finitude da vida; 2) o ser humano transcende a experiência sensorial através de formas individuais e coletivas de memória; 3) consciência da passagem do tempo incorporada nas instituições sociais; 4) além da intencionalidade da consciência, a experiência do tempo deve ser localizada na inconsciência de cada um, na qual passado e presente estão indissoluvelmente ligados; 5) interpenetração entre presença e ausência. Segundo John Urry (1991), estes fatores remetem às novas tecnologias de comunicação e transporte que transformam a intercombinação de presença e ausência, as formas nas quais memórias são armazenadas e pesadas no presente e a maneira como a longa duração das instituições sociais são arrastadas para dentro do contingente das ações sociais.

Hägerstrand (1978a, 1978b) procura realizar uma integração entre as trajetórias individuais e seu agregado social numa perspectiva longitudinal direcionada para o futuro, considerando o sistema populacional num amplo alcance, e levando em conta as várias capacidades dos indivíduos e suas exposições a diferentes eventos nos ambientes que os afetam, além de considerar a interação entre eles, e entre eles e seus ambientes, tanto os naturais quanto os artificiais (Hägerstrand, 1978, p. 216).

O indivíduo é representado através de trajetórias desenvolvidas no tempo e no espaço (a chamada “perspectiva biográfica”), importando tanto as experiências internas como os eventos externos ao indivíduo. Já o ambiente é composto pelos outros indivíduos, por objetos indivisíveis (tais como animais, máquinas, ferramentas, etc.), por objetos divisíveis (tais como água, ar, etc.) e domínios, que representam as extensões do espaço nas quais as relações de poder são empiricamente detectáveis através da divisão desigual de recursos, da estrutura desigual de opções e do reconhecimento de direitos e deveres por parte de

diferentes indivíduos. O tempo, nessa concepção, é considerado também um recurso, neste caso, escasso, e não meramente como uma dimensão que serve como base para a ação. Em suma, essa abordagem propõe um modelo que pesquise a relação entre grupos humanos e a estrutura de domínios presentes em determinados ambientes.

Segundo Hägerstrand, tempo e espaço não podem ser analisados separadamente, uma vez que tempo é necessariamente despendido em ambientes. Todavia, devem ser encarados como recursos limitados e que condicionam as capacidades do indivíduo. Assim, deve-se considerar a relevância das precondições físicas que influem diretamente na alocação do tempo, como os indivíduos subjetivamente percebem-nas e como tal percepção influi nas alternativas de ação. O geógrafo alerta para a existência de determinantes críticos que limitam o comportamento no tempo-espaço: a) indivisibilidade do corpo humano; b) finitude da duração da vida do agente humano; c) capacidade limitada dos seres humanos de participar em mais de uma tarefa simultaneamente; d) o fato de que movimento no espaço é também movimento no tempo; e) limitada capacidade de “acondicionamento” no tempo-espaço: dois corpos humanos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço; f) tempo como recurso fundamentalmente escasso. Esses fatores estão presentes em todos os contextos de interação em condição de co-presença. Para Giddens, tais fatores, examinados como recursos – e assim implicados na geração e distribuição de poder –, condicionam as redes de interação formadas pelas trajetórias da vida diária, semanal, mensal e total dos indivíduos em suas interações recíprocas (1989, p. 90). Os indivíduos, concebidos como seres intencionais, percebem que a realização de seus projetos depende dos recursos limitados de tempo-espaço, restringindo suas próprias possibilidades de ação. Dessa forma, para Giddens, o tempo-geografia diz respeito às restrições que dão forma às rotinas da vida cotidiana e compartilha com a teoria da estruturação uma ênfase sobre a importância do caráter prático das atividades diárias, em circunstâncias de co-presença, para a constituição da vida social (1989, p. 94).

Trabalhos elaborados de acordo com esse modelo foram realizados pelo próprio Hägerstrand, como na pesquisa sobre uma pequena comunidade rural na Suécia do século XIX (Hägerstrand, 1978, p.125). A escolha de um grupo social com características tradicionais justificava-se por este oferecer padrões de poder e trajetórias de vida mais estáveis e, portanto, mais facilmente observáveis. As características estruturais do grupo de indivíduos (como as divisões de gênero, ocupação, etc.) são levadas em conta para a construção do quadro de opções e escolhas possíveis para cada indivíduo, as quais interferem diretamente nas possibilidades de mobilidade social ao longo das trajetórias no tempo-espaço.

Tais trajetórias, por sua vez, podem extrapolar os limites geográficos determinados pelo pesquisador quando há emigração ou imigração ao longo do período do tempo determinado para a pesquisa.

Outro aspecto importante que deve ser levado em conta nos estudos com base no conceito “tempo-geografia” são os períodos de vida naturais e sociais que influenciam enormemente as trajetórias de vida. A infância e a velhice, que demandam grande dedicação dos usos do tempo às atividades de cuidados pessoais, quase sempre realizados com a ajuda de outros, assim como o período fértil da mulher, são exemplos de ciclos naturais que afetam a vida dos indivíduos de forma mais ou menos padronizada. Por outro lado, a época de escolha da profissão, de formação da família, de entrada no mercado de trabalho, ou a idade para aposentar-se, são exemplos de variáveis intervenientes nas trajetórias de vida que são determinadas por ciclos sociais ou culturais.

De acordo com Giddens, o conceito “tempo-geografia” propicia: a) atentar para o caráter rotinizado da vida no dia-a-dia; b) enfatizar as características do corpo humano e dos meios de mobilidade e comunicação; c) ver o indivíduo como “projeto biográfico”; d) destacar os limites impostos ao comportamento, no tempo e no espaço, dadas as características dos corpos e dos contextos físicos nos quais são desenvolvidos as atividades (como a indivisibilidade do próprio corpo, a qual limita a percepção e o movimento, o tempo de vida como recurso escasso, a capacidade humana de realizar um número limitado de atividades ao mesmo tempo, etc.); e) dar atenção especial aos padrões típicos de movimento, como as trajetórias circulares realizadas durante o dia e a conseqüente repetição de atividades; f) levar em conta as características dos contextos físicos e a capacidade de agir dos indivíduos, limitados pelas necessidades de comer e dormir em intervalos regulares etc; g) ter em vista o uso da tecnologia na redução do tempo necessário para percorrer distâncias entre diferentes pontos no espaço (“convergência de tempo/espaço”); h) construir os cenários de interação levando-se em conta os outros indivíduos, os objetos externos ao indivíduos e os domínios de poder; i) o fato de a concepção de ação humana implícita no conceito “tempo-geografia” possuir o mérito de articular as duas dimensões classicamente separadas na análise sociológica, qual seja, o “micro” e o “macro”, compreendendo a relação entre as rotinas pessoais e a organização de sistemas sociais.

As críticas às noções de espaço e tempo na teoria da estruturação

Giddens reconhece as limitações da perspectiva de Hägerstrand, que estaria baseada numa concepção simplista e deficiente do agente humano, que se constitui

independentemente dos cenários sociais em que passa sua vida cotidiana, cenários esses tidos como dados e desvinculados da ação social (Giddens, 1989, p. 94). Segundo Giddens, Hägerstrand obteve maior sucesso ao relacionar a teoria social à temporalidade do que à espacialidade.

Para Urry (1991), o tempo-geografia está baseado numa concepção defeituosa do indivíduo, já que este enfatiza os constrangimentos em oposição às possibilidades, o que tem conseqüências para a noção de poder, que acaba sendo visto simplesmente como um jogo de soma zero. Dirige crítica parecida à teoria da estruturação, como se a regionalização tempo-espaço fosse dada de antemão, não havendo variação entre sociedades, o que impede de se perceber que não há um tempo e um espaço único, mas vários e diferentes tempos e espaços (Urry, 1991, p. 174). A teoria da estruturação não conseguiria assim compreender a organização variada do tempo no interior de sociedades diferentes, ao passo que análises substantivas do tempo-geografia efetuam uma tentativa de mostrar como mudanças na estruturação do tempo afetam a geografia do lugar (Urry, 1991, p. 167).

Segundo Soja (1993), em *A Constituição da Sociedade* (1989), Giddens reúne quase tudo numa síntese monumental, que fornece uma ontologia social sistemática que busca reafirmar o espaço na teoria social crítica. O ponto forte da teoria da estruturação estaria em não apresentar fórmulas e esquemas simples, nem propor posturas rigidamente categóricas sobre as vias teóricas a serem seguidas no tratamento da dimensão espaço-temporal da organização social, sintetizando de forma elástica a concatenação quase infindável de dualismos associados que se seguiu à oposição, amiúde demais cristalizada, entre subjetividade e objetividade (Soja, 1993).

Mas é ideia justamente na permanência do dualismo entre tempo e espaço, em detrimento da pretensa dualidade proposta por Giddens, que Urry (1991) percebe um dos principais vazios da teoria da estruturação. Segundo este, apesar de trazer à tona a centralidade do tempo e do espaço na vida social, uma vez que apresentam-se como características constitutivas dos sistemas sociais, as formulações de Giddens não oferecem bases sólidas para se pensar a articulação entre tempo e espaço e a teoria da estruturação (Urry, 1991, pp. 160-161). Se, como afirma Soja, a realização de Giddens se estende mais amplamente, através dos rastros deixados pelos esforços de Edmund Husserl, Martin Heidegger e Jean-Paul Sartre, para dar "lugar" ao ser (Soja, 1993, p. 178), para Urry (1991) ela não articula o papel da agência humana na estruturação do tempo e do espaço que permanecem, assim, como conceitos estruturais. De um lado, é mérito de Giddens a reunião na teoria da estruturação de pontos importantes na caracterização de uma ontologia do espaço-tempo da organização social, mas de outro, segundo Urry (1991), o interesse pela organização espaço-temporal provavelmente se desenvolveria de qualquer forma, independente de Giddens,

através da contextualização histórica e espacial do conceito de sociedade, efetuado por vários processos sociais que forçariam a análise do tempo e do espaço na agenda teórica social.

Outra inconsistência encontra-se na rigidez literal do conceito de “co-presença” utilizado por Giddens. Conceitos outros como “contextualidade”, “integração social” e “integração de sistemas”, igualmente importantes na teoria da estruturação, sustentam-se sob o fulcro de uma co-presença entendida de forma literal, o encontro face-a-face, não percebendo a possibilidade de uma co-presença “imaginária” (Urry, 1991, p. 170). A noção de co-presença seja talvez o mais importante elemento da análise de tempo e espaço na teoria da estruturação e, no entanto, Giddens ignora a significação que esse conceito pode abranger ao relevar as sensações de presença constante de pessoas mesmo que estas estejam geograficamente ou mesmo temporalmente distantes. É neste ponto que se percebe como as influências marcantes da etnometodologia e do interacionismo simbólico – influências reconhecidas pelo próprio Giddens – o levam a valorizar tanto o processo de interação, o que o distancia de teóricos importantes que também buscaram construir grandes sínteses sobre a vida social. Se para Pierre Bourdieu (1989), por exemplo, as interações entre agentes, principalmente aqueles de posições sociais antagônicas no espaço social, tendem a mascarar distâncias sociais, Giddens tende a enfatizar o processo de interação, principalmente em situações de co-presença, como princípio gerador e reproduzidor das estruturas sociais. Domingues (1995) acredita que esta posição dá grande relevo aos agentes individuais como elementos chave da teoria da estruturação, e acaba por negligenciar a força das coletividades. Outros afirmam que a teoria da estruturação torna-se, por demais, voluntarista ao exagerar a habilidade dos agentes em dar forma às estruturas sociais e não consegue explicar com clareza como as estruturas interagem com a ação social (Baber, 1991). Já defensores desta posição acreditam que justamente por seu maior reconhecimento das capacidades cognitivas do agente, a teoria da estruturação oferece maiores possibilidades analíticas do que outras abordagens no que se refere ao entendimento de como ação pode levar a mudança nas estruturas sociais (Karp, 1986), uma vez que são as relações de poder – o qual emerge das interações entre agentes – as responsáveis pela ligação entre tempo e espaço.

A diferenciação conceitual que Giddens estabelece entre “local” e “lugar” (Giddens, 1991, pp.138-139) e a ideia de que a “presença” pode ser realizada através da interação sistêmica (interação entre ausentes) e da integração social (interação entre co-presentes) não interagem bem com a noção de tempo-geografia. Para Urry, Giddens falha ao evitar a análise do lugar, talvez porque o processo de distanciação tempo-espaço parece estar gradualmente além do tempo, erodindo a importância de lugares separados (Urry, 1991, p.167). Todavia, Soja (1993) destaca que Giddens utiliza a noção de local como aparentada com a de

lugar, remetendo à influência da ontologia de Heidegger e Sartre na concepção espaço-temporal da organização social na teoria da estruturação.

Giddens e Soja, ao analisarem a nodalidade espacial da vida social, persistem na equivocada separação rígida entre centro e periferia, casa e trabalho. Para Urry, Giddens possui um entendimento inapropriado ao fazer a associação entre o espaço da casa e a mulher, e o espaço do trabalho e o homem, como uma divisão inscrita na estrutura das sociedades capitalistas, ignorando que tais padrões também deveriam ser vistos em relação às interseções entre as novas formas de organização social (Urry, 1991, p. 171). Ou seja, ao tomar a regionalização do tempo-espaço como fixa e dada, Giddens deixa de perceber que as fronteiras espaço-temporais da organização social não são rigidamente demarcadas. Ao distinguir regiões da frente das regiões de trás como separação ontologicamente necessária para a existência humana, Giddens ignora, no entanto, como essa divisão varia no interior de uma sociedade, como ela é sustentada, o grau no qual ela depende de uma separação espacial e como a comunicação de massa solapa os sistemas de informação específicos de grupos particulares, trazendo a público os bastidores e acabando com essa demarcação rígida (Urry, 1991).

Urry e Soja concordam que as formulações de Giddens ainda privilegiam a análise do tempo, sendo, por outro lado, pouco expressivas para a análise do espaço. Segundo Soja, embora sua intenção reiterada consista em projetar a temporalidade e a espacialidade no âmago da teoria social crítica, presumivelmente no equilíbrio explícito entre tempo-espaço, Giddens – de maneira muito semelhante a Heidegger – consegue, sem que tencione fazê-lo, perpetuar a prolongada submersão do espacial sob o primado ontológico e epistemológico do tempo e da história (Soja, 1993, pp. 174-175). E, para Domingues (1995), em várias ocasiões Giddens acaba retrocedendo e se apoiando em concepções kantianas acerca do tempo e do espaço, como se estes fossem experiências dadas a priori.

É na obra de Hägerstrand que Giddens busca a essência da cotidianidade que marca sua visão da organização espaço-temporal da sociedade. De acordo com Giddens, a concentração de Hägerstrand sobre as práticas cotidianas é muito pronunciada e clara, de forma que sua intenção é usar o tempo-geografia para compreender “o impacto do dia normal da pessoa comum” sobre a organização total de sistemas sociais (Hägerstrand apud Giddens, 1989, p.94). Entretanto, segundo Urry, Giddens radicaliza o caráter rotinizado das vidas diárias que marca a obra de Hägerstrand, concebendo a atividade humana como extremamente rotinizada, sendo difícil em sua análise estabelecer conceitos para atividades produtoras de prazer como viagens, lazer, esportes, entre outras (1991, p.168).

Segundo Carlstein (1978), a obra de Hägerstrand, apesar de perceber a possibilidade das inovações, as destaca em relativo isolamento e independência, como se fossem necessárias por si mesmas, ignorando que não são homogêneas e que, em geral, contribuem não simplesmente para a mudança, mas para o

progresso e o desenvolvimento. Ou seja, Hägerstrand, ao propor uma perspectiva orientada para o futuro, comete grave falta ao não analisar como as inovações são integradas na população e qual o impacto dessa integração, pois as inovações alteram rotinas, não só através de novas tecnologias, mas também de inovações organizacionais e institucionais (Carlstein, 1978, p.148). Crítica semelhante é feita por Urry à perspectiva de Giddens, já que este apesar de destacar que inovações como o desenvolvimento das ferrovias no século XIX permitiram um aumento fenomenal da distanciação de tempo-espaço, termina por ignorar as mudanças provocadas por este tipo de inovação, tanto nas práticas sociais cotidianas, quanto na consciência (Urry, 1991, p.169). Para concluir, parece válida a avaliação geral de Domingues (1995) acerca da importância da teoria da estruturação: embora se baseie em formulações complexas, e com várias proposições obscuras – principalmente aquelas inspiradas pela filosofia de Heidegger e de difícil tradução em conceitos sociológicos –, a obra de Giddens proporciona novas possibilidades de investigação das dimensões do tempo e do espaço no mundo contemporâneo.

Considerações Finais

Este trabalho buscou discutir a importância das dimensões do tempo e do espaço na teoria da estruturação, enfatizando a influência da geografia humana na obra de Giddens e algumas das críticas a esta abordagem.

Giddens foi um dos autores que melhor empreenderam a tarefa de analisar a vida social contemporânea a partir de uma teoria ampla, capaz de dar relevo a aspectos até então negligenciados, tendo como base a centralidade das dimensões de tempo e espaço na vida social, e a integração entre agência humana e estrutural social. Como demonstraram as críticas aqui apresentadas, vários pontos da teoria da estruturação carecem de aprofundamento ou são ambíguos, o que, todavia, não esvazia seu poder de compreensão das relações sociais no mundo atual. As críticas de Carlstein e Urry, separadas por cerca de duas décadas, possuem tons semelhantes de argumentação, indicando-nos que tais questões estão longe de serem resolvidas, e que esse é um debate atual e de extrema importância para a compreensão da vida social.

Referências

- ARCHER, Margareth S. Morphogenesis versus structuration: on combining structure and action. **The British Journal of Sociology**, v.61, Jan. 2010.
- BABER, Zaheer. Beyond the structure/agency dualism: an evaluation of Giddens' theory of structuration. **Sociological Inquiry**, 61(2), 1991, pp. 219-230.

- BOURDIEU, Pierre. Social Space and Symbolic Power. **Sociological Theory**, 7(1), 1989, pp. 14-25..
- CARLSTEIN, Tommy. Innovation, Time Allocation and Time-Space Packing. In CARLSTEIN, T; PARKES, D; THRIFT, N. **Time space and spacing time**. London: 1978, vol. 3.
- DOMINGUES, José Maurício. Sociological Theory and the Space-Time Dimension of Social Systems. **Time & Society**, 4, 1995, pp. 233-250..
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- _____. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- HÄGERSTRAND, Torstein. A note on the quality of the life times. In CARLSTEIN, T; PARKES, D; THRIFT, N. **Time space and spacing time**. London: 1978a, vol. 2.
- _____. Survival and arena. In CARLSTEIN, T; PARKES, D; THRIFT, N. **Time space and spacing time**. London: 1978b, vol. 2.
- KARP, Ivan. Agency and theory: a review of Anthony Giddens. **American Ethnologist**, 13, 1986, pp. 131-137.
- PIRES, Rui Pena. Árvores conceituais: uma reconstrução multidimensional dos conceitos de acção e de estrutura. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 53, Jan. 2007, pp. 11-50.
- SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, c1993.
- URRY, John. Time and space in Giddens's social theory. In BRYANT, C; JARY, D. **Giddens theory of Structuration**. Londres e N. York: Routledge, 1991.

ESPAÇO E TEMPO NA "TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO"

Resumo

Este artigo tem por objetivo identificar a importância das dimensões de tempo e espaço na teoria da estruturação elaborada por Anthony Giddens. Procuramos, além disso, apontar como Giddens se apropria da noção de "tempo-geografia" cunhada por Hägerstrand e discutir as críticas de geógrafos e sociólogos a esta apropriação.

Palavras-chave: teoria da estruturação, tempo e espaço, tempo-geografia.

THE DIMENSIONS OF TIME AND SPACE IN GIDDENS' THEORY OF STRUCTURATION

Abstract

This article aims to identify the importance of time and space in Anthony Giddens' theory of structuration. We seek to show how Giddens appropriates Hägerstrand's notion of "time-geography", as well as the critique of Giddens' view on this appropriation by both geographers and sociologists.

Keywords: theory of structuration, time, space, time-geography.